

Juízes consideram pacote 'afronta à lei'

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Paulo Medina, afirmou ontem que o pacote de medidas enviado ao Congresso pelos governadores é uma afronta à lei, à independência dos juízes e à sociedade. Destinado a atenuar a crise financeira dos Estados, o pacote inclui um projeto que proíbe os juízes, até 31 de dezembro de 1998, de conceder liminares em ações judiciais que criem despesas para Estados e municípios.

Os governadores também apresentaram uma emenda que tira dos juízes o poder de, em decisões tomadas individualmente, conceder liminares contra Estados e municípios. Pela emenda, as liminares só poderiam ser concedidas com aprovação do plenário dos Tribunais de Justiça dos Estados.

"O que eles estão querendo é aplicar um calote nos credores, impedindo a atuação dos juízes, em prejuízo do direito dos cidadãos", avaliou Medina. A AMB representa os mais de 10 mil magistrados do País e vai tentar convencer os líderes do Congresso a rejeitar o projeto.

No pacote entregue terça-feira ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), os governadores propuseram também que o repasse de verbas aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público, seja calculado mensalmente com base na arrecadação do mês anterior. Composto de propostas de emendas à Constituição, projetos de lei e medidas provisórias, o pacote contém outras medidas restritivas à ação do Judiciário.